



*Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A.*

# POLÍTICA DE SANÇÕES

Abril 2025



## 1. DEFINIÇÃO

---

As sanções internacionais são medidas restritivas impostas a pessoas, entidades, jurisdições e organismos com o objetivo de manter ou estabelecer a paz e a segurança internacional, a proteção dos direitos humanos, a democracia e o Estado de direito, a preservação da soberania e da independência nacionais e de outros interesses fundamentais para o Estado, assim como a prevenção e repressão do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa.

As medidas restritivas são implementadas por países ou organizações internacionais que mantêm listas de pessoas, grupos ou entidades designadas. Destacam-se, entre outros, a União Europeia no cumprimento da *Common Foreign and Security Policy* (CFSP), o Comité de Sanções de acordo com as Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o *Office of Foreign Assets Control* (OFAC) e o *Office of Financial Sanctions Implementation* (OFSI).

**Medidas restritivas de natureza diplomática:** imposição de restrições que afetam as relações diplomáticas.

**Medidas restritivas à admissão e circulação:** imposição de restrições que incidem sobre a admissão ou circulação de indivíduos (proibição de vistos e viagens).

**Medidas restritivas comerciais:** imposição de restrições que incidem sobre as relações comerciais entre países incluindo:

- Embargo de armas e material conexo de qualquer tipo, incluindo armas e munições, veículos e equipamentos militares, equipamentos paramilitares e respetivas peças sobresselentes;
- Restrições a exportação e/ou importação de bens e equipamento de duplo uso, nomeadamente equipamento suscetível de ser utilizado para fins de repressão interna;
- Embargo a determinados setores (petrolífero, gás natural, transportes, etc.);
- Proibição e controlo de prestação de certo tipo de assistência ou formação técnica, financiamento ou assistência financeira.

**Medidas restritivas financeiras:** a imposição de restrições que incidem sobre Instituições, serviços e/ou mercados financeiros, incluindo:

- Congelamento de fundos e recursos económicos;
- Restrições ao investimento;
- Proibição de transações financeiras.
- Proibição do financiamento e do fornecimento de assistência financeira e técnica, de serviços de intermediação e de outros serviços relacionados com atividades proibidas.

## 2. APLICABILIDADE

---

A aplicação das sanções decretadas constitui uma obrigação, quer para o sector público, quer para o sector privado, condicionando o exercício da atividade das instituições de crédito como o BNU Timor.

A CGD encontra-se vinculada ao cumprimento das sanções internacionais e medidas restritivas emitidas pela Organização das Nações Unidas e União Europeia, sendo que o seu cumprimento vincula o Banco na sua atuação, em função do estabelecido na Lei.

Em Timor-Leste, a Lei n.º 17/2011, de 28 de dezembro, alterada e republicada pela Lei n.º 4/2013, de 14 de agosto, determina o congelamento de fundos e outros ativos económicos de terroristas, daqueles que financiam o terrorismo e das organizações terroristas designadas pelo CSNU, de acordo com as instruções do Banco Central.

Além disso, tratando-se o BNU Timor de uma Sucursal da CGD, a qual está sedeadada em Portugal, na sua atividade são tidas em conta não só as sanções emitidas pelo CSNU mas também pela União Europeia, no âmbito da CFSP e pela OFAC.

## 3. PRINCÍPIOS GERAIS DE ATUAÇÃO

---

O BNU Timor tem implementado um programa de *compliance*, que inclui a política de sanções internacionais, cuja gestão compete à Direção de *Anticrime Financeiro* (DFC), localizada em Portugal.

A Direção de Anticrime Financeiro tem a responsabilidade de avaliar se a política de sanções está em conformidade com as leis e sanções aplicáveis, monitoriza de forma regular a sua eficácia e promove as alterações necessárias no sentido de ser melhorada.

O BNU Timor implementou um conjunto de políticas e procedimentos tendo em vista assegurar que a Instituição não estabelece ou mantém relações de negócio, nem processa operações para/em benefício de pessoas, entidades ou países sancionados.

Neste sentido efetua a filtragem de clientes e dos intervenientes em operações por confronto com as listas de pessoas e entidades sancionadas, emitidas pelo CFSP, CSNU, OFAC, OFSI entre outras.

O BNU Timor tem uma política de aceitação de clientes assente numa abordagem baseada no risco, tendo implementado um sistema de filtragem em modo ativo de pessoas e entidades no momento do estabelecimento da relação de negócio.

Efetua, igualmente, a filtragem regular da sua base de dados de clientes e a filtragem *online* das transferências internacionais recebidas e enviadas.

Perante a deteção de uma pessoa, entidade ou navio constante nas listas de sanções internacionais e medidas restritivas, BNU Timor recusará estabelecer e/ou manter a relação de negócio, bem como abster-se-á de realizar as operações onde as mesmas figurem como intervenientes.

No âmbito do sistema de prevenção de branqueamento de capitais e combate ao financiamento do terrorismo, e de forma integrada, encontram-se implementados sistemas de monitorização de clientes e transações, cujos alertas são analisados por uma equipa técnica que integra a área de *compliance*.

No estabelecimento ou manutenção de relações de correspondência bancária com bancos estrangeiros, O BNU Timor efetua a respetiva análise de risco de *compliance*, consubstanciada na notação de todas as instituições e na avaliação de risco daquelas que apresentam um risco alto.

Os colaboradores da área de *compliance* recebem formação regular adequada, tendo em vista a compreensão e aplicação da política de sanções.

O BNU Timor mantém uma colaboração ativa com as autoridades de supervisão e as autoridades judiciais no âmbito da aplicação dos regimes sancionatórios.

Ângelo Campos  
*Compliance Officer* do BNU Timor  
Abril de 2025